

SEGURANÇA ALIMENTAR, PROTAGONISMO E AUTONOMIA ECONÔMICA NA PAUTA DAS MULHERES DO BAIXO TOCANTINS

Entrevista com Graça Costa

Coordenadora Regional da
FASE Amazônia

Organização:



Apoio:



HEINRICH BÖLL STIFTUNG

FORD FOUNDATION
*Working with Visionaries on the
Frontlines of Social Change Worldwide*



1. Como se desenvolve o trabalho da FASE Amazônia com grupos de mulheres no Baixo Tocantins?

A FASE tem uma longa trajetória de trabalho educativo para afirmação do compromisso da organização com a luta pela igualdade e pelos direitos das mulheres na sociedade. O trabalho educativo da FASE com mulheres articula diversas dimensões tais como: a formação, o fortalecimento das ações políticas das mulheres, a articulação em redes e fóruns, a incidência em políticas públicas e o fortalecimento do potencial produtivo dos grupos de mulheres. O trabalho que ora se retoma na região do Baixo Tocantins faz parte então da trajetória da presença e trabalho da FASE com o movimento de mulheres nessa região. Iniciado ainda no final de 2012, já foram realizados 3 encontros, envolvendo cerca de 30 mulheres dos municípios de Abaetetuba, Igarapé-Miri, Moju e Santo Antonio do Tauá.

O trabalho está, nessa fase, voltado para a grupalização das mulheres e um processo de construção de identidade entre as mulheres. Nossa proposta é que elas, que são de municípios e organizações diferentes, possam conhecer-se e façam conhecer suas experiências de vida e de trabalho, que falem também sobre as dificuldades que enfrentam para exercer os papéis que desempenham, tanto na família, como na comunidade e nas organizações onde atuam como produtoras.

Estamos também iniciando um Ciclo de Formação, onde combinamos o debate de temas que fazem parte do cotidiano das mulheres como a produção, o acesso às políticas públicas, propostas de como desburocratizar esse acesso, em especial ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição Escolar (PNAE), a forma como atuam nas entidades mistas, entre outros; o debate sobre assuntos relevantes para as mulheres, como a existência do patriarcado, que é uma das dimensões que estruturam e ajudam a explicar as desigualdades de Gênero, que elas mesmas conhecem de perto, como também o conhecimento sobre o Feminismo, considerado um movimento social, filosófico e político, que tem como objetivo



alcançar direitos iguais entre homens e mulheres e uma vivência humana que consiga superar os atuais padrões de opressão, baseados em normas que a sociedade construiu e que as mulheres conhecem bem. Aqui também vamos continuar a levar em consideração a vivência das mulheres e gradativamente focar o debate de temas como o direito da mulher à sua autonomia e à integridade de seu corpo, os direitos sexuais e reprodutivos (incluindo o acesso à contracepção e a cuidados pré-natais de qualidade), pela proteção de mulheres e meninas contra a violência doméstica, que é um dos problemas mais graves que as mulheres passam e que causa muitos impactos na forma como elas participam, o assédio sexual e o estupro, os direitos trabalhistas, incluindo o conhecimento sobre as recentes conquistas das mulheres trabalhadoras domésticas, a licença-maternidade e muitos outros assuntos do interesse delas.

O debate sobre gênero possibilita a desconstrução de papéis de submissão atribuídos historicamente às mulheres e, dessa maneira, permite que as mesmas ocupem funções nas organizações e atuem em outros espaços comunitários e de redes, reconheçam sua importância social e produtiva e desempe-

nham com maior autonomia a liderança política nas organizações onde atuam, e mais ainda, se estimulem para construir espaços autônomos de organização que ajudem a alterar essas desvantagens sociais, culturais e econômicas e as façam alcançar o merecido protagonismo.

A meta é que, neste ano, a proposta de organização de grupos autônomos de mulheres ganhe densidade no conjunto do trabalho desenvolvido pela FASE Amazônia na região do Baixo Tocantins, contribuindo para que as mulheres, a partir de suas experiências concretas, conquistem maior visibilidade para o seu trabalho produtivo, participem mais efetivamente das organizações mistas e engajem-se em experiências produtivas, através de articulações como a Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA Amazônia), a fim de garantir-lhes maior acesso às políticas públicas.

2. Quais os principais problemas enfrentados pelas mulheres no interior das organizações de representação como sindicatos e cooperativas?

Levando em conta o que acima foi dito e que a divisão sexual do trabalho é exercida de forma intensa na agricultura familiar e em outras atividades produtivas no campo, podemos dizer que essa condição responde por muitas dificuldades que as mulheres encontram para atuar em organizações, tanto sejam grupos de mulheres ou em sindicatos, cooperativas e associações. A divisão sexual do trabalho define as funções segundo o sexo e que na sociedade capitalista e patriarcalista, coloca a mulher no espaço privado do lar como se fosse natural e ao homem o espaço público, das coordenações, das lideranças, dos partidos, das negociações.

No Baixo Tocantins, os grupos de mulheres também vivenciam essa realidade. Segundo as informações que levantamos sobre essa questão, a maior parte informou que o lote era da família e não dela, do marido, do sogro. É



muito comum que as mulheres sejam proprietárias dos piores lotes para o uso e plantio, e nestes sempre carregam a preocupação com os produtos e animais que possam ser destinados ao consumo da família, enquanto que os homens ficam com as lavouras, os produtos e os animais destinados à venda. Um dado, porém, chamou nossa atenção: nos lotes onde elas trabalham, no roçado, no quintal e/ou a horta estão plantados uma diversidade de produtos, com destaque para o açaí e plantas medicinais para o tratamento de doenças frequentes na família, como gripe e verminoses. Há ainda a produção de farinha de mandioca. Todavia, elas também desenvolvem outras tarefas nesses espaços como a coleta e tratamento de sementes para a produção artesanal, para a fabricação de óleos e algumas delas ainda praticam atividades de pesca do camarão, assim como a criação de pequenos animais voltados para a segurança alimentar e nutricional dos familiares e/ou comunidades.

discussões e sabemos também que vem ganhando espaço no cotidiano delas, fazendo com que elas próprias possam compreender melhor a sociedade em



SITUAÇÃO	PROTAGONISTAS	O QUE ACONTECEU	SENTIMENTOS	REFLEXÃO
REUNIÃO SOBRE PROJETO	LOTEIROS	- FALTA DE INFORMAÇÃO - FALTA DE RECURSOS - FALTA DE TERREIRA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA
VENDA DE CAFE NO TERREIRO	- FAMILIAR - FAMILIAR - FAMILIAR	- FALTA DE INFORMAÇÃO - FALTA DE RECURSOS - FALTA DE TERREIRA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA
USAR ESPANHOLO NA UFPA (PROMOVA)	- DIRETOR - ALUNOS - FAMILIAR	- FALTA DE INFORMAÇÃO - FALTA DE RECURSOS - FALTA DE TERREIRA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA
- BATEU O PORTA	- FILHO	- FALTA DE INFORMAÇÃO - FALTA DE RECURSOS - FALTA DE TERREIRA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA
- XINGAMENTO	- FILHO	- FALTA DE INFORMAÇÃO - FALTA DE RECURSOS - FALTA DE TERREIRA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA
- APOI MORTE DO PAI	- FILHO	- FALTA DE INFORMAÇÃO - FALTA DE RECURSOS - FALTA DE TERREIRA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA
SITUAÇÃO	PROTAGONISTAS	O QUE ACONTECEU	SENTIMENTOS	REFLEXÃO
ASSÉDIO SEXUAL DO AVÔ (DEBILIDADE)	- AVÔ - TIA - FAMILIA	- FALTA DE INFORMAÇÃO - FALTA DE RECURSOS - FALTA DE TERREIRA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA
VIOLENCIA FAMILIAR	- PAI - AVÔ - MÃE	- FALTA DE INFORMAÇÃO - FALTA DE RECURSOS - FALTA DE TERREIRA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA
EXCLUSÃO NO STTR	- MULHER	- FALTA DE INFORMAÇÃO - FALTA DE RECURSOS - FALTA DE TERREIRA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA
ASSÉDIO SEXUAL - CRISE NO CASAMENTO	- "AMIGO" DA FAMILIA	- FALTA DE INFORMAÇÃO - FALTA DE RECURSOS - FALTA DE TERREIRA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA	- INSEGURANÇA - RAIVA - REZAÇA (FALTA) - INSEGURANÇA

Outro problema é que as pequenas agricultoras, as extrativistas e artesãs, principalmente, possuem pouca visibilidade junto aos sindicatos, aos órgãos dos governos, que preferem sempre negociar com os homens. Isso também acontece quando reclamam da falta de assistência adequada. E nas entidades dos trabalhadores(as), como é o caso dos STTR's e das cooperativas, essa situação não está resolvida. O conceito de Gênero com o qual temos trabalhado nas atividades formativas tem ajudado a fazer essas

que vivemos e construir outras formas de relações a partir das nossas diferenças, lutando para quebrar preconceitos e práticas que se oponham às mudanças que tanto desejam.

3. Qual a sua avaliação das ações dos governos federal e estadual em relação às mulheres?

Políticas públicas com recorte de gênero são políticas públicas que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres. Essa categoria inclui, portanto, tanto políticas dirigidas a mulheres como as delegacias para atendimento específico, quanto ações exclusivas para mulheres em iniciativas voltadas para um público mais abrangente, como os programas de saúde direcio-

nados para as mulheres nas Unidades de Saúde municipais, como é o caso dos exames papanicolau.

Podemos dizer também que, no plano nacional, avançamos com as políticas para as mulheres. Hoje, temos um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres aprovado em conferências massivas e onde os movimentos trabalharam continuamente para ali inscrever demandas históricas do interesse das mulheres. O problema é que as políticas acontecem efetivamente no município e estes não estão adequadamente preparados para esse processo. As mulheres continuam a enfrentar muitas dificuldades para acessar as políticas como um direito. Mesmo assim podemos destacar:

- O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, lançado em agosto de 2007, como parte da Agenda Social do Governo Federal e consiste num acordo federativo entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que visem o combate à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional;
- Foi instituído o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres do Campo e da Floresta. Fazem parte do Fórum Nacional as principais organizações e instituições de mulheres do campo e da floresta (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG;



Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar/FETRAF; Movimentos Articulado de Mulheres da Amazônia/MAMA; Movimento das Quebradeiras de Côco e Babaçu/MIQCB; Marcha Mundial de Mulheres/MMM; Movimento das Mulheres Camponesas/ MMC; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste/MMTR-NE; Confederação Nacional dos Seringueiros/ CNS) e órgãos do Governo Federal. O Fórum tem apontado problemas e questões para o governos como a inexistência

de diagnósticos sobre o fenômeno da violência contra as mulheres do campo e da floresta; a concentração dos serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência nos municípios de maior porte; o isolamento geográfico; e a dificuldade de acesso das mulheres do campo e da floresta à infraestrutura social de enfrentamento à violência contra as mulheres;

- Programa de Documentação da Trabalhadora Rural - é uma ação desenvolvida pelo INCRA voltada para estratégias de inclusão das trabalhadoras rurais. Por meio dele são emitidos gratuitamente: registro de nascimento, Cadastro de Pessoa Física (CPF), documento de identidade, carteira de trabalho, registro junto ao INSS e carteira de

pescadora. As beneficiárias também recebem orientações sobre direitos e políticas públicas e podem abrir contas bancárias;

- Programa Minha Casa Minha Vida Melhor – anunciado no Diário Oficial da União e instituído pela Medida Provisória 260 define o financia-

mento de móveis e eletrodomésticos a beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida. A linha de crédito especial terá R\$ 18,7 bilhões para a aquisição de móveis e eletrodomésticos por beneficiários do programa. As famílias poderão financiar até R\$ 5 mil, com taxa de juros de 5% ao ano e prazo de até 48 meses para pagar. O financiamento foi chamado Minha Casa Melhor;

- O Disque 180 que é uma Central de Atendimento à Mulher, um serviço ofertado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres com o objetivo de receber denúncias ou relatos de violência, reclamações sobre processos, orientações à mulheres em situação de violência;
- Os programas PAA e o PNAE – são programas ou políticas de apoio implementados pelo governo federal com o objetivo de atender às necessidades e melhorar a comercialização das cadeias produtivas, dos produtos da

agricultura familiar. Não há dúvidas quanto a importância que os programas de incentivo a agricultura familiar têm para subsidiar a permanência de agricultores(as) e suas famílias no campo, e especialmente melhorar sua condição de vida e a de seus familiares, para que assim se sintam mais valorizados pela gestão pública. Há uma definição de que os produtos de cooperativas de mulheres têm preferência de compra no Programa de Aquisição de Alimentos;

- O Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais é promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais. Tem o objetivo de ampliar o acesso e o protagonismo das mulheres na economia rural, promovendo capacitação, promoção comercial e acesso às políticas públicas.



4. O que é preciso fazer no trabalho no Baixo Tocantins para empoderar as mulheres?

Como é sabido o predomínio de mulheres entre os pobres é consequência do desigual acesso feminino às oportunidades econômicas e sociais. No trabalho com as mulheres no Baixo Tocantins estamos construindo as referências metodológicas para problematizar essa máxima.

Importante também dizer que partimos de uma leitura sobre elas mesmas que foi construída com a aplicação de um questionário onde além das informações pessoais, perguntamos sobre o que produziam, se comercializavam, quais as principais dificuldades para efetivar a produção, qual a situação fundiária dos lotes onde desenvolvem sua produção, se estavam beneficiadas por alguma política de governo; coletamos informações sobre as organizações onde atuam, se estão em cargos de direção, as dificuldades para essa participação, outras demandas pessoais e comunitária, enfim.

Todo o processo construído até aqui está fortemente orientado e dialogando com os próximos passos, como a sistematização desse levantamento. Algumas apostas que temos feito estão voltadas para:

- 1. A construção da identidade coletiva e a auto-organização das mulheres**, que as anime a atuarem de forma conjunta, construam pautas, integrem-se nas organizações. Estamos trabalhando com ações de formação com conteúdos e dinâmicas que contribuam para o despertar da consciência em relação à sua autonomia, desenvolvimento pessoal e envolva sua autoestima e autoconfiança. Ao mesmo tempo, investimos na produção de conhecimentos voltados para a compreensão das desigualdades existentes e a construção das superações;
- 2. Participação econômica de mulheres** – abordando conteúdos voltados

para a valorização da dimensão produtiva do seu trabalho, seja em grupo mistos ou de mulheres, a fim de que ganhem visibilidade no que estão fazendo, conheçam as políticas públicas e a possibilidade de atuar para o acesso às mesmas, elaborem projetos econômicos de base agroecológica, para fortalecer tanto a segurança alimentar de suas famílias como a possibilidade de acessar mercados institucionais como o PAA e o PNAE e dessa forma influenciar concretamente nas relações de poder;

- 3. Visibilidade ou Empoderamento Político das Mulheres** - são dimensões que ainda precisam ser melhor trabalhadas nesse diálogo que estamos construindo, voltado ao fortalecimento das representações das mulheres em espaços de tomada de decisão, tanto formais quanto informais, e também ao seu direito à voz na formulação de políticas que afetam a sua vida e a sua presença nas organizações da sociedade onde estão inseridas.



A Série Entrevistas sobre a Amazônia é uma iniciativa da ONG FASE Programa Amazônia, com o apoio da Fundação Heinrich Böll (HBS) e da Fundação Ford (FF). Ela tem como objetivo divulgar ideias, posicionamentos e/ou avaliações de lideranças de movimentos sociais, pesquisadores(as) e de membros de ONGs acerca de temas que consideramos relevantes para o melhor conhecimento das novas dinâmicas socioterritoriais em andamento na nossa região, bem como de experiências coletivas exitosas executadas por organizações da sociedade civil e que merecem ser conhecidas mais amplamente.

Dessa forma, esperamos contribuir para a construção e/ou fortalecimento de um pensamento crítico sobre o modelo hegemônico de desenvolvimento imposto à Amazônia, da democracia e de suas instituições e a afirmação de direitos individuais e coletivos.